

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 5.204, DE 2013

(Apensado o Projeto de Lei nº 8.215, de 2014)

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para dispor sobre as penas por infrações a que estão sujeitas as emissoras de radiodifusão.

Autor: Deputado GUILHERME CAMPOS

Relator: Deputado SERGIO ZVEITER

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.204, de 2013, de autoria do Deputado Guilherme Campos, altera a redação do art. 59 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para dispor sobre as penas por infrações a que estão sujeitas as emissoras de radiodifusão. A proposição exclui das penas previstas atualmente a detenção, e mantém as penas de multa, suspensão e cassação.

Há ainda a possibilidade de que a pena de multa seja transformada em uma pena de advertência escrita, a juízo do

Ministério das Comunicações. Também são definidas alterações nos valores das multas, que passam a variar de R\$ 100,00 a R\$ 1.000,00, no caso de emissoras de rádio, e de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00 para as emissoras de televisão.

Por fim, o Projeto de Lei nº 5.204, de 2013, isenta do pagamento de multas não adimplidas as emissoras de radiodifusão que tenham cometido infrações nos cinco anos anteriores à data de publicação da lei.

Apenso ao projeto original está o PL nº 8.215, de 2014, que dispõe sobre o mesmo tema e com a mesma redação da proposição principal.

As proposições foram distribuídas às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. O regime de tramitação é ordinário. Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, cabe sanar um erro de redação: a referência ao inciso I, que consta do § 3º do art. 59 da Lei nº 4.117, de 27/8/1962, a ser alterado conforme o art. 2º do Substitutivo apresentado anteriormente a esta Comissão, remete na verdade ao inciso II, relativo à sanção de multa, uma vez que a esta se refere o dispositivo.

No tocante ao mérito da proposição, trazemos algumas alterações ao texto do nobre colega Guilherme Campos,

reapresentado posteriormente pelo nobre Deputado Arolde de Oliveira, a saber:

1) Alteramos a redação do inciso III do caput do art. 59, para reincluir a limitação da pena de suspensão a “até 30 (trinta) dias”. Sem a fixação de um prazo máximo, o período de suspensão ficaria a critério exclusivo do Poder Público, o que poderia causar graves prejuízos às empresas e aos consumidores de serviços de radiodifusão.

2) Propusemos, no tocante ao regramento dos valores das multas, a fixação de valores mínimos, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, capacidade econômica e não-confisco. Observe-se que a multa mínima já predetermina uma gradação de acordo com a natureza ou finalidade da concessão de radiodifusão (comunitária, educativa, comercial), diferenciação esta que se transporta para a aplicação da multa máxima, preservando a observância de princípios norteadores plenamente invocáveis para essa finalidade de imposição punitiva.

Ressalte-se que o princípio (lato sensu) inserto no inciso IV do art. 150 da CF traduz-se como um imperativo ao Estado de tornar a obrigação tributária compatível com a garantia do livre exercício da atividade econômica, o que o efeito confiscatório peremptoriamente nega. Assim, a norma que veda a utilização de tributo com efeito de confisco, embora se considere um “conceito aberto” pela inexistência de regra objetiva na legislação em vigor que o defina, ou que delimite o patamar máximo aceitável, traduz uma medida de ponderação ou de razoável modulação, cuja desobediência importa em colisão com os princípios sobre os quais

se assenta nossa Lei Fundamental, e que não pode ser ignorada na definição dos valores das sanções a serem aplicadas pelo Poder Público.

Ademais, a preocupação acerca da dosimetria da multa deve ser cuidadosamente observada pelo Legislador, a fim de evitar a judicialização que decorre naturalmente de leis que extrapolam os limites aceitáveis, por desrespeito aos princípios fundamentais antes reportados. Nessas condições, alvitramos retomar o critério do Projeto original e, a partir dele, construir novos paradigmas, de acordo com a razoabilidade e a proporcionalidade, e, por isso mesmo, adequando-o e atualizando-o para distinguir a situação especial das emissoras comerciais, em particular, daquele universo de empresas de radiodifusão, mormente por todo o interior do País, enquadráveis no Simples Nacional.

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do PL 5.204/2013 e do PL 8.215/2014, na forma do substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado Sergio Zveiter
Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.204, DE 2013
(Apensado o Projeto de Lei nº 8.215, de 2014)

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para dispor sobre as penas por infrações a que estão sujeitas as emissoras de radiodifusão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para dispor sobre as penas por infrações a que estão sujeitas as emissoras de radiodifusão.

Art. 2º O art. 59 da lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

59

.....

I – advertência, com indicação de prazo para a adoção de medida corretiva;

II – multa;

III – suspensão, de até 30 dias;

IV – cassação.

§ 1º Nas infrações em que, a juízo do órgão fiscalizador, não se justificar a aplicação de pena de multa, o infrator será advertido, considerando-se a advertência como agravante na aplicação de penas subsequentes, por inobservância do mesmo preceito que ensejou a aplicação da penalidade ou de outros preceitos desta Lei.

§ 2º As advertências serão graduadas como:

I – leve, quando não há prejuízo para a administração pública e para a sociedade;

II – moderada, quando a infração é de menor potencial ofensivo;

III – grave, quando não houver o atendimento das exigências do órgão fiscalizador e/ou do órgão concedente.

§ 3º Os valores das multas a que se refere o inciso II do caput deste artigo serão estabelecidos pelo órgão fiscalizador, em regulamentação complementar específica, observados os seguintes critérios:

I – a multa mínima aplicada será de:

a) R\$ 100,00 (cem reais) para emissoras de radiodifusão comunitária e para emissoras de radiodifusão, comerciais, enquadradas no Simples Nacional;

b) R\$ 200,00 (duzentos reais) para emissoras de radiodifusão de sons com fins exclusivamente educativos;

c) R\$ 300,00 (trezentos reais) para emissoras de radiodifusão de sons comerciais e para emissoras de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos;

d) R\$ 500,00 (quinhentos reais) para entidades prestadoras dos serviços de retransmissão de televisão (RTV) autorizadas a realizar inserções locais de programação e publicidade;

e) R\$ 1000,00 (mil reais) para emissoras de radiodifusão de sons e imagens comerciais.

II – a multa máxima estabelecida será de até 10 (dez) vezes o valor da respectiva multa mínima, em se tratando das alíneas “a” a “d” do inciso I deste parágrafo, e de até 20 (vinte) vezes, na hipótese da alínea “e” do mesmo inciso, considerados também para gradação de valor os fatores previstos no art. 61.
”(NR)

Art. 3 ° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, em de de 2018.

Deputado Sergio Zveiter
Relator

